



Boletim Oficial Eletrônico

Criado pela Lei n.º 120/93 de 28/10/93 Publicado no Diário Oficial do Estado em 20/01/94
Decreto Municipal nº 113/2018 - Publicado no Boletim Oficial do Município de Camalaú em 10/07/2018



ATOS DO PODER EXECUTIVO

Decreto do Executivo Municipal n.º 310/2026, de 27 de janeiro de 2026.

Regulamenta a forma de apresentação, tramitação, controle e prazo de resposta dos requerimentos administrativos no âmbito da Administração Pública Municipal de Camalaú/PB e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAMALAÚ, estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência previstos no art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de organização, padronização e controle dos pedidos administrativos formulados no âmbito da Administração Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir segurança jurídica, rastreabilidade dos pedidos e transparência quanto aos prazos de resposta;

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada, no âmbito da Administração Pública Municipal de Camalaú/PB, a forma de apresentação, tramitação, controle e prazo de resposta dos requerimentos administrativos destinados à obtenção de certidões, declarações, informações funcionais, documentos previdenciários e demais documentos de interesse do servidor público municipal ou de terceiros.

Art. 2º Todo requerimento administrativo somente será considerado válido após o devido protocolo formal, realizado de forma presencial ou por meio eletrônico oficial disponibilizado pelo Município.

§1º O protocolo formal é condição indispensável para:

- I – início da tramitação administrativa;
- II – contagem do prazo de resposta;
- III – controle, acompanhamento e arquivamento do pedido.

§2º Todo requerimento protocolado, físico ou eletrônico, gerará número único de protocolo, que será fornecido ao requerente para fins de acompanhamento.

§3º Solicitações realizadas por meios informais, tais como

mensagens de aplicativos, redes sociais, ligações telefônicas ou comunicações verbais, não substituem o protocolo formal e não serão reconhecidas como requerimentos administrativos, não gerando protocolo, prazo ou obrigação de resposta.

Art. 3º Os requerimentos administrativos deverão conter, no mínimo:

- I – nome completo do requerente;
- II – número do CPF;
- III – cargo, função e secretaria de lotação, quando servidor municipal;
- IV – descrição clara e objetiva do pedido;
- V – finalidade da solicitação, quando aplicável;
- VI – documentos necessários à análise;
- VII – endereço eletrônico ou físico para ciência da resposta.

Art. 4º A Administração Municipal terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do protocolo, para emitir resposta conclusiva ao requerimento.

§1º O prazo poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, mediante despacho devidamente fundamentado da autoridade competente.

§2º A prorrogação deverá ser comunicada formalmente ao requerente.

Art. 5º Aplica-se o disposto neste Decreto, entre outros, aos seguintes pedidos:

- I – certidão de tempo de serviço;
- II – certidão ou documentação para fins previdenciários e de INSS;
- III – declarações funcionais;
- IV – certidões administrativas diversas;
- V – informações ou documentos constantes dos assentamentos funcionais;
- VI – demais requerimentos administrativos não submetidos a prazo específico em legislação própria.

Art. 6º A certidão de tempo de serviço não poderá ser solicitada mais de uma vez dentro do mesmo mês, considerando que não há alteração na contagem de tempo nesse período.



§1º Excepcionalmente, será admitida nova solicitação no mesmo mês quando:

I – houver erro material na certidão anteriormente emitida;

II – ocorrer alteração funcional relevante no período;

III – houver exigência formal de órgão previdenciário ou judicial, devidamente comprovada.

§2º O pedido reiterado sem enquadramento nas hipóteses previstas no §1º poderá ser sobrestado ou indeferido, mediante despacho fundamentado.

Art. 7º Fica autorizada a Secretaria Municipal de Administração a instituir formulário padrão de requerimento administrativo, em meio físico ou eletrônico, a ser utilizado obrigatoriamente pelos requerentes.

Art. 8º O descumprimento injustificado dos prazos estabelecidos neste Decreto poderá caracterizar omissão administrativa, sem prejuízo da apuração de responsabilidade funcional, quando cabível.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Camalaú – 27 de janeiro de 2026.

UBIRAJARA ANTÔNIO PEREIRA MARIANO
PREFEITO CONSTITUCIONAL

LEI Nº 664/2026.

Autoriza a adequação da remuneração dos servidores do município de Camalaú, estado da Paraíba, ao salário mínimo nacional vigente e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMALAÚ, estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adequar o salário mínimo dos servidores do município de Camalaú ao valor do salário mínimo nacional vigente para o exercício financeiro de 2026, fixado em R\$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte e um reais).

Parágrafo Único. A adequação de que trata o caput deste artigo decorre do disposto no Decreto nº 12.797, de 23 de dezembro de 2025, que fixou o valor do salário mínimo nacional a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2026.

Art. 2º O pagamento do salário mínimo atualizado aplica-se aos servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas, bem como aos contratados por tempo determinado, respeitada a legislação vigente.

Art. 3º Para atender às despesas decorrentes da execução desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a anular, parcial ou totalmente, dotações do orçamento vigente, bem como a utilizar outras fontes previstas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo Único. O Poder Executivo poderá suplementar as dotações orçamentárias destinadas às despesas com pessoal, no montante necessário ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 1º de janeiro de 2026.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Camalaú, aos 27 dias do mês de janeiro de 2026.

UBIRAJARA ANTÔNIO PEREIRA MARIANO
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 665/2026

Dispõe sobre a adequação do vencimento base dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e dos Agentes de Combate às Endemias (ACE), no âmbito do município de Camalaú, em conformidade com o piso salarial nacional, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMALAÚ, estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido reajuste salarial aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e aos Agentes de Combate às Endemias (ACE) que se encontrem em atividade no município de Camalaú/PB.

Art. 2º O vencimento base para as categorias anteriormente especificadas será fixado em R\$ 3.242,00 (três mil duzentos e quarenta e dois reais), para o cumprimento da carga horária integral de 40 (quarenta) horas semanais, ressalvada jornada diferenciada instituída por lei específica.

Parágrafo único. O valor descrito no caput visa à adequação, no âmbito municipal, ao piso salarial profissional nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, nos termos do art. 198, § 9º, da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 120, de 5 de maio de 2022, do art. 9º-A, § 1º, da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, e do Decreto Federal nº 12.797, de 23 de dezembro de 2025, que fixa o valor do salário mínimo nacional.

Art. 3º O vencimento inicial dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS e dos Agentes de Combate às Endemias – ACE será atualizado anualmente em consonância com o salário mínimo nacional, assegurado às duas categorias

o equivalente a dois salários mínimos, conforme determina a legislação vigente.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário, na forma da legislação vigente.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos jurídicos ao dia 1º de janeiro de 2026.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Camalaú, aos 27 dias do mês de janeiro de 2026.

UBIRAJARA ANTÔNIO PEREIRA MARIANO
PREFEITO MUNICIPAL



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMALAÚ

"Casa João Galdino Chaves"

Av. São José, nº 20 - Telefax: (83) 3302-1001 - CNPJ: 24.513.434/0001-53
E-mail: camara.municipalcamalaupb@gmail.com-CEP: 58.530-000 - Camalaú - Paraíba

nós. Que Deus abençoe a cada um da gente, muito obrigado. E para constar, eu, MARIA TALITA SANTOS DE SOUSA, que secretariei a sessão, lavrei a presente ATA que, após lida e aprovada será assinada por mim, pela Mesa Diretora desta Câmara e rubricada pelos demais vereadores presentes. Camalaú, 28 de novembro de 2025.


MARIA TALITA SANTOS DE SOUSA
Secretária da Sessão


GENILDO NASCIMENTO DA SILVA
Presidente


AUDENICE CHAVES SOUSA
1ª Secretária


JANDERSON PAIVA FEITOSA
2º Secretário



20


